

Saída poderia ser acordo formal com o FMI, sugere Financial Times

O jornal Financial Times publicou o seguinte editorial em sua edição de sexta-feira:

O Brasil parece encontrar-se prestes a anunciar um atraso de três meses no repagamento de seus débitos externos. A mensagem do governo brasileiro de que o Brasil "não pode pagar agora" aos banqueiros internacionais — em efeito uma moratória — seria provavelmente acompanhada por medidas de austeridade destinadas a reduzir a pior inflação da história recente da nação latino-americana.

Se o Brasil adotar uma posição unilateral no pagamento do serviço de sua dívida externa, as ramificações poderiam ser muito amplas. É sabido nos meios financeiros que o pacote financeiro patrocinado pelo FMI, para o México não se encontra ainda concluído. Muitos dos pequenos credores vêm-se recusando a participar de novos empréstimos. Uma moratória efetiva pelo Brasil traria um maior desconforto para os bancos e tornaria possível a adoção de medidas semelhantes por parte de outros devedores.

A crise dos repagamentos vinha-se mostrando iminente desde o outono de 1986, quando ficou evidente que o "Plano Cruzado" de ajuste econômico fora totalmente frustrado. O erro do governo Sarney foi colocar a política à frente da economia e tentar manter um congelamento artificial de preços por um período demasiado longo. Com o aumento dos salários, a demanda e o consumo registraram acentuada alta, rapidamente prejudicando o superávit comercial brasileiro, que até o mês de agosto último caminhava a uma saudável taxa mensal de US\$ 1 bilhão. O Brasil necessita de um superávit mensal de pelo menos US\$ 800 milhões para pagar o serviço de sua dívida externa de US\$ 108 bilhões: desde outubro o excedente mensal tem estado entre US\$ 130 e US\$ 210 milhões, longe do ideal.

A recente crise veio reduzir as conquistas obtidas durante as conversações realizadas no Clube de Paris no mês passado, embora as probabilidades indicassem o contrário, Dilson Funaro, o ministro da Fazenda, conseguiu persuadir os principais credores do Brasil a concordarem com um reescalonamento parcial da dívida, apesar da ausência de um programa de austeridade sob os auspícios do FMI. A estratégia de Funaro surtiu resultados principalmente porque o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, se convenceu

de que o Brasil deveria ser apoiado a curto prazo. Porém, o reescalonamento da dívida principal foi aceito assumindo-se que todos os débitos atrasados seriam saldados até junho, o que atualmente parece impossível.

O Brasil vem, sem dúvida, enfrentando um problema crônico de liquidez, mas seria errôneo exagerar a magnitude de suas dificuldades econômicas. O País possui recursos naturais abundantes e uma base industrial diversificada e vigorosa. O setor externo é comparativamente pequeno em relação à economia doméstica: isso significa que mudanças muito pequenas no consumo podem exercer um grande impacto nas importações e na balança comercial. Se o presidente Sarney desejasse e tivesse condições de reduzir o déficit do setor público e reduzir os salários reais moderadamente, os superávits comerciais de US\$ 1 bilhão provavelmente reapareceriam tão rapidamente quanto desapareceram no ano passado.

Simultaneamente, o atual buraco financeiro — conservadoramente situado entre US\$ 3 e 4 bilhões — poderia ser coberto mais facilmente se tão-somente o governo do presidente Sarney buscasse um acordo formal com o FMI. Diversos políticos importantes estão particularmente inclinados a apoiar um retorno ao FMI, que possui um novo diretor, Funaro, entretanto, é uma rocha vacilante: suas denúncias passadas sobre o FMI foram tão vigorosas que ele perderia toda a credibilidade se agora retornasse ao Fundo com o chapéu na mão. A renúncia na semana passada de Fernão Bracher, o diretor do Banco Central, não constituiu um sinal encorajador, pois ele havia defendido um retorno ao FMI.

Os problemas internos e externos do Brasil são, portanto, solucionáveis, e soluções potenciais poderiam ser encontradas dentro de um limite consideravelmente reduzido de tempo. Há um grande número de tecnocratas em Brasília que sabe o que deve ser feito.

A questão é simplesmente se Sarney, um presidente não-eleito e que busca legitimar seu mandato por meio de uma aparência populista, adotará medidas suficientemente impopulares para tentar salvar a economia brasileira. Os credores terão de esperar e ver — e ao mesmo tempo apreciar que muita da retórica inútil do governo Sarney encontra-se estritamente voltada para o consumo interno brasileiro.